

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
IFRS - CAMPUS OSÓRIO**

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

TATIANA FRAGA PASTRE

A exceção que revela a regra: um estudo de caso sobre etnia, gênero e liderança sindical na trajetória de uma trabalhadora da educação no CPERS Sindicato

**Orientador(a):
Prof. Dr. Alexandre Ricardo Lobo de Sousa**

**Osório, Rio Grande do Sul
2025**

A EXCEÇÃO QUE REVELA A REGRA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE ETNIA, GÊNERO E LIDERANÇA SINDICAL NA TRAJETÓRIA DE UMA TRABALHADORA DA EDUCAÇÃO NO CPERS SINDICATO

The exception that proves the rule: a case study on ethnicity, gender, and union leadership in the trajectory of an education worker in the cpers union

¹PASTRE, Tatiana Fraga
tatiana.fraga13@gmail.com

Resumo: Este artigo investiga como as relações interseccionais de gênero, etnia e classe atravessam a trajetória de uma mulher negra, funcionária de escola e atual diretora do 13º Núcleo do CPERS Sindicato, no Rio Grande do Sul. O problema que orienta o estudo parte da seguinte questão: de que modo essa experiência individual revela as desigualdades estruturais e simbólicas que ainda marcam o sindicalismo educacional? O objetivo central é compreender como essa liderança constrói estratégias de resistência e pertencimento em um espaço historicamente ocupado por professoras brancas, analisando sua trajetória como expressão das contradições internas do movimento sindical. De abordagem qualitativa e fundamentação marxista, a pesquisa articula o método dialético-crítico à micro-história de Carlo Ginzburg, reconhecendo na experiência singular um indício revelador de processos sociais mais amplos. A narrativa da entrevistada, interpretada como uma exceção que revela a regra, evidencia que o sindicato pode funcionar simultaneamente como espaço de luta e de reprodução das hierarquias de poder. O estudo contribui, assim, para a reflexão crítica sobre o protagonismo de mulheres negras no sindicalismo educacional e sobre os desafios de democratizar efetivamente as estruturas representativas da classe trabalhadora.

Palavra-chave: sindicalismo educacional; mulheres negras; micro-história; interseccionalidade.

Abstract: This article investigates how the intersectional relations of gender, ethnicity, and class shape the trajectory of a Black woman, a school employee, and current director of the 13th Regional Branch of the CPERS Union in Rio Grande do Sul, Brazil. The study is guided by the following research question: how does this individual experience reveal the structural and symbolic inequalities that still permeate the educational union movement? The main objective is to understand how this leader constructs strategies of resistance and belonging within a space historically occupied by white female teachers, analyzing her trajectory as an expression of the internal contradictions of the union movement. Based on a qualitative approach and grounded in Marxist theory, the research articulates the dialectical-critical method with Carlo Ginzburg's microhistory, recognizing in the singular experience an indicative trace of broader social processes. The participant's narrative — interpreted as an exception that reveals the rule — demonstrates that the union can simultaneously operate

¹Graduada em Licenciatura em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA, 2021). Atualmente cursa Pedagogia na modalidade EAD pela FURG (Campus Santo Antônio da Patrulha) e especializações em Ensino Básico e Profissional (IFRS, Campus Osório) e em Alfabetização (FURG, EAD). É especialista em Tutoria EAD e Docência do Ensino Superior, em Docência e Gestão na Educação a Distância, e em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar (Faculdades Minas). Atua na área da educação como assessora acadêmica e instrutora de jovem aprendiz no Instituto João Bittar. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6429046068241071>

as a space of struggle and as a site for reproducing power hierarchies. Thus, the study contributes to the critical reflection on the political protagonism of Black women in educational unionism and on the challenges of effectively democratizing the representative structures of the working class.

Keywords: educational unionism; Black women; microhistory; intersectionality.

1. Introdução

A atuação sindical no campo da educação pública brasileira constitui um espaço estratégico de resistência frente às desigualdades sociais, à precarização das condições de trabalho e às políticas de desvalorização da escola pública. No estado do Rio Grande do Sul, o CPERS Sindicato se consolida como uma das principais entidades representativas dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, desempenhando papel histórico nas lutas por melhores salários, condições de trabalho e defesa do ensino público. No entanto, mesmo dentro desse espaço de mobilização coletiva, ainda persistem desigualdades estruturais atravessadas por gênero, etnia e classe social, que limitam a participação e a visibilidade de determinados segmentos da categoria.

De acordo com dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2023) e levantamentos do DIEESE (2020), a educação pública brasileira é majoritariamente composta por mulheres — muitas delas negras e inseridas em funções operacionais de apoio escolar —, cujas atividades, embora fundamentais para o funcionamento das instituições, permanecem socialmente desvalorizadas. Essa realidade, entretanto, não se reflete nas estruturas de poder sindical, onde o protagonismo continua concentrado em perfis de mulheres brancas e professoras, evidenciando uma distância entre a composição da base e a representatividade efetiva nas instâncias de decisão. Assim, as relações de gênero e etnia se sobrepõem à divisão social do trabalho dentro das próprias escolas e sindicatos, reproduzindo mecanismos sutis de exclusão e silenciamento.

É nesse contexto que se insere o problema desta pesquisa: de que modo a trajetória de Marli Aparecida de Souza, mulher negra, funcionária de escola e atual diretora do 13º Núcleo do CPERS Sindicato, revela as experiências, desafios e estratégias de liderança sindical atravessadas por relações de gênero e etnia? Marli, cuja atuação no movimento sindical educacional tem se consolidado ao longo de anos de engajamento na defesa da educação pública e dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores da escola, representa um caso emblemático para

refletir sobre a presença e a resistência de mulheres negras em espaços historicamente ocupados por professoras brancas. O objetivo geral deste estudo é investigar como essas relações interseccionais influenciam sua atuação e de que forma sua trajetória evidencia tanto avanços quanto às contradições do sindicalismo educacional. Entre os objetivos específicos, destacam-se compreender o percurso que levou essa trabalhadora à militância sindical, identificar os obstáculos enfrentados e analisar as estratégias de resistência e articulação desenvolvidas ao longo de sua trajetória.

De abordagem qualitativa e fundamentação teórico-metodológica marxista, articulada à micro-história de Carlo Ginzburg, a pesquisa parte do princípio de que o singular pode revelar estruturas mais amplas e invisibilizadas. A trajetória individual da liderança analisada é, assim, interpretada como um indício revelador das tensões históricas e simbólicas que atravessam o movimento sindical da educação. A micro-história, ao valorizar o detalhe e a experiência particular, permite compreender que o caso de uma mulher negra funcionária de escola que chega à direção sindical não é uma exceção isolada, mas um espelho das desigualdades e disputas que estruturam o campo da representação coletiva.

O artigo se desenvolve a partir desse eixo analítico: primeiro, contextualiza a história e a estrutura do sindicalismo educacional e do CPERS; em seguida, discute o sindicalismo como espaço de lutas e contradições sob a ótica de autores como Ricardo Antunes, Gaudêncio Frigotto e Louis Althusser; posteriormente, aborda a interseccionalidade e o protagonismo das mulheres negras, dialogando com bell hooks, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro; e, por fim, apresenta a abordagem micro-histórica e as contribuições da crítica marxista para compreender a experiência singular como expressão da totalidade social. A partir dessa perspectiva, a investigação busca contribuir para o debate sobre representatividade, equidade e democratização dos espaços sindicais, reconhecendo o papel das mulheres negras como sujeitas políticas centrais na luta pela transformação da educação pública brasileira.

2. Contextualização histórica e atual do sindicalismo na educação

O sindicalismo no campo da educação no Rio Grande do Sul possui uma trajetória marcada por lutas, conquistas e contradições. O CPERS/Sindicato teve

origem em 1945, inicialmente como Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul (CPPE), fundado por professoras normalistas. As normalistas eram docentes formadas nas Escolas Normais, instituições voltadas para a formação de professores primários (em sua maioria mulheres, que enfrentavam salários baixos, jornadas extensas e restrições ao acesso a níveis mais elevados de escolarização). A criação do CPPE expressava, portanto, a luta de um grupo historicamente desvalorizado socialmente, mas que buscava ampliar sua formação e conquistar melhores condições de trabalho (CORRÊA, s.d.).

Ao longo das décadas, o sindicato ampliou sua base de representação. Nos anos 1970 passou a incluir também professores do ensino médio, consolidando-se como CPERS (Centro dos Professores do Estado do RS). Na década de 1990 incorporou os funcionários de escola (merendeiras, secretários, serventes, inspetores, entre outros) passando a ser reconhecido oficialmente como CPERS/Sindicato, entidade representativa de todos os trabalhadores em educação da rede estadual. Esse movimento foi decisivo para fortalecer a organização e ampliar sua legitimidade política.

Com mais de 80 mil associados, dos quais cerca de 90% são mulheres (ÜCKER, 2019), o CPERS é hoje uma das maiores entidades sindicais do Brasil no campo da educação. Sua agenda ultrapassa as pautas salariais, atuando também na formação política da categoria, na defesa da escola pública e na resistência às políticas neoliberais que promovem a privatização e a precarização do trabalho. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que, embora se constitua como trincheira de luta coletiva, o sindicato também funciona como um aparelho ideológico (ALTHUSSER, 2022), refletindo disputas internas e as orientações políticas de suas direções em cada conjuntura.

A inclusão dos funcionários de escola nos anos 1990 foi um marco fundamental. Até então invisibilizados, esses trabalhadores (que sustentam o cotidiano escolar através de atividades administrativas, de limpeza, de alimentação e de apoio direto à comunidade) raramente eram reconhecidos como sujeitos políticos ou agentes do processo educativo. Sua entrada no CPERS não eliminou as desigualdades, mas abriu caminho para que suas vozes ganhassem espaço na luta sindical. A presença dessa categoria amplia a noção de quem é trabalhador da educação, deslocando o foco exclusivo do professorado e tensionando hierarquias simbólicas presentes dentro do próprio sindicato. É nesse contexto que se insere a

liderança estudada nesta pesquisa. Sobre esse processo, Marli Aparecida de Souza recorda as disputas e resistências que marcaram o início da inclusão dos funcionários de escola no CPERS:

Nesse meio tempo, começaram também as discussões dentro do CPERS pra que os funcionários da escola passassem a ser associados ao sindicato. Porque o CPERS, naquela época, não era sindicato, era o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, e era só de professores. Houve uma discussão muito grande, que durou anos. E havia bastante rejeição de muitos professores, que não queriam a entrada dos funcionários. Como ainda acontece até hoje, né? Porque os professores, naquela época, tinham um cargo de bastante visibilidade, e o salário era bom também. Então havia certa resistência. Mas depois de muitos debates, muitas assembleias (porque no nosso sindicato tudo é decidido em assembleia geral ou congresso) a gente foi avançando. (Souza, 2025).

O relato da entrevistada evidencia que a ampliação da base do sindicato não foi um processo pacífico ou imediato, mas fruto de intensa disputa política e simbólica. Ao rememorar as resistências internas à entrada dos funcionários, Marli revela que as hierarquias profissionais — sustentadas por distinções salariais e de prestígio — atravessam a própria estrutura do sindicalismo educacional. Essa memória reforça o argumento de que a democratização do CPERS foi conquistada gradualmente, mediante mobilização coletiva e enfrentamento das desigualdades históricas que marcam o campo da educação.

No Litoral Norte do Rio Grande do Sul, a organização sindical se materializa no 13º Núcleo do CPERS, criado em 1982 e sediado em Osório. O núcleo abrange trabalhadores em educação de 23 municípios, desempenhando papel estratégico em uma região caracterizada pela dispersão territorial e pelas dificuldades de mobilização. Ao longo de sua história, tem promovido ações de resistência contra políticas de desmonte da educação pública, assim como atividades de formação política, encontros e debates que fortalecem a identidade sindical e o engajamento da base (CPERS, 2025).

A história do CPERS e do 13º Núcleo expressa, assim, tanto a força quanto as contradições do sindicalismo educacional. De um lado, representam trincheiras

fundamentais de luta em defesa da escola pública e dos direitos da categoria. De outro, evidenciam os limites próprios de uma organização que, ao mesmo tempo em que mobiliza, também normatiza e direciona a ação coletiva segundo determinadas orientações ideológicas. Reconhecer os sindicatos como espaços de disputa é fundamental: eles podem ser veículos de emancipação coletiva, mas também podem reproduzir desigualdades de classe, gênero e etnia. Essa ambiguidade não diminui sua importância histórica; ao contrário, exige uma análise crítica permanente que compreenda o sindicalismo como campo de luta em aberto, atravessado por tensões que revelam tanto os avanços quanto os silenciamentos ainda presentes.

3.Sindicalismo e educação: organização, lutas e desafios

A análise do sindicalismo educacional não pode se limitar à descrição de sua trajetória institucional. É necessário compreendê-lo em suas contradições, em seus limites e em suas potencialidades, especialmente sob a perspectiva das transformações mais amplas do mundo do trabalho. Nesse sentido, o referencial marxista permite compreender os sindicatos como instrumentos de luta, mas também como espaços atravessados por tensões, em que se reproduzem desigualdades de classe, gênero e etnia.

Ricardo Antunes (2000) observa que o trabalho, no contexto contemporâneo, passou por metamorfoses profundas, que fragmentaram a classe trabalhadora e exigiram novas formas de organização coletiva. Se mudam as formas de trabalho, também mudam as suas defesas e representações. Para Antunes,

É nesta contextualidade adversa que se desenvolve o *sindicalismo de participação* em substituição ao sindicalismo de classe, Participar de tudo..., desde que não se questione o mercado, a legitimidade do lucro, o que e para quem se produz, a lógica da produtividade, a sacra propriedade privada, enfim, os elementos básicos do complexo movente do capital. (Antunes, 2000, p. 150)

A reflexão de Antunes (2000) ajuda a compreender o modo como o sindicalismo educacional, em sua configuração atual, tende a reproduzir um modelo de “sindicalismo de participação” em substituição ao antigo “sindicalismo de classe”. Nessa lógica, o sindicato participa das instâncias institucionais e negocia pautas imediatas, mas evita questionar as estruturas que sustentam o próprio sistema capitalista — o mercado, a propriedade privada, a lógica da produtividade e a legitimação do lucro. Essa postura, aparentemente conciliadora, revela um processo

de acomodação política, no qual o discurso de luta convive com práticas que, na verdade, reafirmam as hierarquias e contradições internas. No caso do CPERS, essa dinâmica se expressa quando o sindicato, mesmo abrigando sujeitos historicamente subalternizados — como as mulheres negras e os funcionários de escola —, resiste a reconhecer as desigualdades que atravessam sua própria estrutura, preferindo manter uma imagem de unidade abstrata da categoria. Assim, a crítica de Antunes ilumina o caráter paradoxal do sindicalismo contemporâneo: ao participar de tudo, o sindicato corre o risco de não transformar nada, convertendo-se em gestor das tensões sociais que deveria combater.

Pensar o sindicalismo na educação exige compreender que a luta vai além da pauta salarial ou de melhorias imediatas: ela precisa enfrentar a precarização estrutural que afeta a totalidade da categoria, ainda que de forma desigual. É nesse terreno contraditório que se coloca o desafio de construir uma ação sindical capaz de articular diferentes segmentos — professores, funcionários de escola, mulheres, negros — em torno de um projeto coletivo de emancipação. Nesse sentido, Marli destaca que o CPERS vem ampliando gradualmente suas pautas, incorporando debates sobre diversidade e inclusão que anteriormente não faziam parte da agenda sindical:

Agora o próprio sindicato foi se envolvendo em todas essas temáticas, né? Antes o sindicato não trabalhava tanto essas questões. O sindicato era mais assim, só voltado pra educação e pra luta, e coisa e tal. E agora, não. Lá dentro do sindicato, nós discutimos a diversidade, nós discutimos a questão das LGBTQs — e tem lá, junto com nós, várias, né? E tem vários coletivos dentro do próprio sindicato. Então tu tem que trabalhar isso. E isso aí ajudou muito a gente. E a questão da negritude no sindicato é muito falada hoje, né? A gente tem um coletivo nosso lá também. Então a gente discute lá dentro, e a gente briga, porque a gente quer — a gente quer ter espaço, a gente quer ter condições pra trabalhar, condição financeira também. (Souza, 2025).

É justamente essa dimensão mais ampla que Gaudêncio Frigotto (1984) destaca ao afirmar que a luta sindical no campo educacional só se torna efetiva quando consegue ultrapassar os limites imediatos de reivindicações salariais e se articular a um projeto de sociedade. Nas palavras do autor,

O ponto de partida e de chegada, portanto, da ação educativa que busca viabilizar os interesses hegemônicos da classe trabalhadora é político. Enquanto ponto de partida, a determinação da direção da prática educativa escolar que articula os interesses da classe trabalhadora nasce na luta mais ampla das relações sociais de

classe. Enquanto ponto de chegada, implica a apropriação concreta de um saber objetivo que, articulado com o interesse da classe trabalhadora, reforça e amplia a sua luta hegemônica. (Frigotto, 1984, p. 184)

Essa formulação reforça que o papel do sindicato — especialmente no campo da educação — não se limita a defender direitos trabalhistas, mas deve se vincular a um projeto político de emancipação da classe trabalhadora. Frigotto evidencia que a ação educativa e sindical só adquire sentido transformador quando está articulada à luta de classes e à construção de uma consciência crítica que questione as bases materiais da desigualdade. No caso do CPERS, isso significa compreender que as greves, as formações e as pautas cotidianas precisam transcender o horizonte corporativo e se conectar com um projeto de sociedade que enfrente as raízes estruturais da exploração. Do contrário, o sindicato corre o risco de reduzir sua prática à mera gestão de conflitos dentro do próprio sistema que o oprime.

No entanto, é preciso problematizar as contradições que atravessam a prática sindical. Althusser (2022), ao discutir a teoria dos aparelhos ideológicos de Estado, lembra que instituições aparentemente autônomas, como os sindicatos, também podem funcionar como espaços de reprodução da ideologia dominante:

Essa última observação nos permite compreender que os grupos ideológicos de Estado podem não apenas ser os meios, mas também o lugar da luta de classes, e frequentemente de formas encarniçadas da luta de classe. A classe (ou a aliança de classes) no poder não dita tão facilmente a lei nos AIE como no aparelho (repressivo) de Estado, não somente porque as antigas classes dominantes podem conservar durante muito tempo fortes posições naqueles, mas porque a resistência das classes exploradas pode encontrar o meio e a ocasião de expressar-se neles, utilizando as contradições existentes ou conquistando, pela luta, posições de combate. (Althusser, 2022, p. 78)

Essa leitura althusseriana amplia a compreensão do sindicalismo como espaço contraditório, onde se reproduz, mas também se disputa, a ideologia dominante. No caso do CPERS, o sindicato atua simultaneamente como trincheira de resistência e como aparelho ideológico, uma vez que organiza as lutas da categoria, mas também regula e limita suas formas de expressão. As contradições internas — de gênero, etnia e classe — emergem justamente nesse campo de tensão, onde a luta das trabalhadoras, em especial das mulheres negras e

funcionárias de escola, busca abrir brechas em uma estrutura ainda marcada por hierarquias históricas. Assim, a partir de Althusser, é possível compreender o sindicato não apenas como reproduzidor da ordem, mas também como espaço de disputa hegemônica, onde as classes exploradas podem transformar o lugar da subordinação em um espaço de resistência e enfrentamento político.

No caso do CPERS, Corrêa (s.d.) mostra como o processo de ampliação da base, incorporando funcionários de escola, trouxe novas complexidades ao sindicato. O autor destaca que

O sindicalismo docente no Rio Grande do Sul, a partir do CPERS, foi se ampliando para além do corpo docente, tornando-se referência também para funcionários de escola, o que lhe conferiu um caráter mais abrangente e classista. Contudo, essa incorporação não eliminou as tensões e desigualdades de representação que se expressam no interior da entidade (Corrêa, s.d., p. 14).

Essa análise revela que a ampliação formal da base não garantiu, por si só, a visibilidade de sujeitos historicamente marginalizados — como as funcionárias de escola negras. Embora reconhecidas como parte da categoria, essas trabalhadoras permanecem atravessadas por barreiras simbólicas e estruturais que limitam seu protagonismo nas instâncias de poder sindical. De um lado, sua inserção está marcada pela precarização material: baixos salários, funções desvalorizadas e ausência de políticas de formação. De outro, pesam sobre elas os estigmas sociais relacionados ao gênero e à etnia, que as mantêm em posição de invisibilidade mesmo dentro de espaços de luta. A presença de funcionárias negras nos quadros do sindicato, portanto, não se traduz automaticamente em participação efetiva, mas antes expõe as contradições de um sindicalismo que se pretende classista e democrático, mas que ainda reproduz hierarquias internas. É nesse ponto que a análise crítica se torna imprescindível: a democratização do sindicato só será plena quando esses sujeitos historicamente subalternizados não forem apenas incluídos numericamente, mas tiverem suas vozes reconhecidas e legitimadas como parte constitutiva da luta coletiva.

4. Interseccionalidade: etnia, gênero e classe no campo educacional e sindical

A compreensão do sindicalismo educacional exige uma análise que vá além da dimensão econômica, considerando como os marcadores sociais de gênero,

etnia e classe estruturam as formas de participação política e simbólica dentro das instituições. A interseccionalidade, enquanto categoria analítica, permite compreender como as mulheres negras vivem múltiplas formas de opressão — de classe, etnia e patriarcal — que se entrelaçam e produzem mecanismos de exclusão tanto no interior das escolas quanto nos espaços sindicais. A teórica feminista bell hooks (2024) chama atenção para o fato de que as relações de poder não se limitam à esfera material, mas também se expressam no silenciamento imposto às vozes das mulheres negras, mesmo em espaços que deveriam promover a escuta e o acolhimento. Como afirma a autora:

Infinitas vezes, os esforços das mulheres negras para falar, quebrar o silêncio e engajar-se em debates políticos progressistas radicais enfrentam oposição. Há um elo entre a imposição de silêncio que experimentamos, a censura e o anti-intelectualismo em contextos predominantemente negros que deveriam ser um lugar de apoio (como um espaço onde só há mulheres negras) e aquela imposição de silêncio que ocorre em instituições onde se diz às mulheres negras e de cor que elas não podem ser plenamente ouvidas ou escutadas porque seus trabalhos não são suficientemente teóricos (hooks, 2024, p. 88)

O relato de Marli dialoga diretamente com essa reflexão ao revelar como o silêncio imposto à mulher negra se constrói desde a infância e é perpetuado nas relações sociais e profissionais, sendo rompido apenas a partir da vivência política e coletiva no espaço sindical:

Eles eram brancos, e nós éramos empregados. Minha mãe cozinhava, e eu servia. E tinha coisas que eu nunca esqueci: a gente não podia usar o mesmo banheiro. Ela comprou uma bacia grande, de alumínio, pra gente tomar banho. Eu tinha um uniforme que usava nos dias de festa, quando servia o pessoal. Mas sempre com aquela recomendação: ‘Não fala nada. Mesmo que falem contigo, não responde.’ Eu fui me fechando naquilo. Minha mãe contava que, quando eu tinha 15 anos, eu falava muito pouco. Então, eu fiquei calada por muito tempo. Mas dentro de mim, eu tinha uma revolta muito grande de sair daquela situação. [...] Eu acho que só soltei mesmo a minha voz quando comecei a participar do sindicato. Porque lá eu tinha que falar. Mas era difícil — tinha lugares em que eu chegava e parecia que o coração ia saltar pela boca. Eu tentava não falar. Fazia as coisas, mas deixava que outras pessoas falassem por mim. Até que começaram a me dizer: ‘Não, Marli, quem tem que falar é tu.’ E foi um processo bem doloroso pra mim, essa questão de conseguir falar. (Souza, 2025).

A trajetória narrada por Marli explicita o que hooks conceitua como o “processo doloroso de romper o silêncio”. Sua fala revela que o ato de falar, para a

mulher negra, é também um ato político e de emancipação. O sindicato surge, nesse contexto, como um espaço de resignificação da voz — um lugar onde o silêncio imposto pela estrutura racista e patriarcal se transforma em enunciação pública e coletiva. Assim, a experiência individual de Marli ilumina a dimensão pedagógica e política da militância sindical, reafirmando o valor das narrativas de mulheres negras como forma de resistência e construção de consciência crítica. Conforme hooks,

A política de identidade nasce da luta de grupos oprimidos ou explorados para assumir uma posição a partir da qual possam criticar as estruturas dominantes. Uma posição que dê objetivo e significado à luta. As pedagogias críticas da libertação atendem a essas preocupações e necessariamente abraçam a experiência, as confissões e os testemunhos como modos de conhecimentos válidos. Como dimensões importantes e vitais de qualquer processo de aprendizado. (hooks, 2024, p. 113)

Ao afirmar que a política de identidade nasce da luta dos grupos oprimidos, bell hooks desloca o debate da identidade como marca individual para entendê-la como categoria política e epistemológica. Nesse sentido, a experiência das mulheres negras — historicamente marginalizadas tanto na produção do saber quanto nas estruturas de poder — passa a ser fonte legítima de conhecimento e de transformação social. Essa perspectiva rompe com a ideia de neutralidade e universalidade do saber e reivindica o valor político das narrativas subalternas. No contexto do sindicalismo educacional, tal compreensão convida a reconhecer que a voz e a vivência das trabalhadoras negras não são apenas testemunhos, mas expressões de uma pedagogia crítica da libertação, que dá significado coletivo à luta e amplia a consciência política da categoria. Assim, a política de identidade torna-se um ato de resistência e de reconstrução da própria noção de conhecimento e de poder dentro dos espaços sindicais e educacionais.

No caso do CPERS, as desigualdades de gênero e etnia ganham contornos específicos que revelam a distância entre representatividade numérica e poder real. Embora a base sindical seja composta majoritariamente por mulheres, isso não garante equidade na ocupação de cargos de liderança ou na valorização de diferentes experiências dentro da categoria. Como aponta Ücker (2019), a presença feminina ampla não foi suficiente para romper as hierarquias internas que estruturam o sindicato:

Atualmente, o CPERS está dividido em 42 núcleos regionais e representa mais de 80 mil associados, dos quais aproximadamente 90% são mulheres. Apesar disso, as instâncias de direção continuam concentradas em um perfil específico, revelando que a presença majoritária feminina na base não se traduz automaticamente em diversidade ou equidade na ocupação de cargos de poder. Essa realidade explicita a permanência de hierarquias internas que atravessam a categoria e delimitam quais sujeitos podem ou não alcançar visibilidade (ÜCKER, 2019, p. 122)

A análise de Ücker reforça a crítica de bell hooks ao evidenciar que o simples aumento da presença de mulheres em espaços institucionais não garante a democratização efetiva das relações de poder. No interior do CPERS, o predomínio de mulheres brancas e professoras nos cargos de direção revela que as experiências e saberes das funcionárias negras continuam sendo silenciados e deslegitimados, reproduzindo uma hierarquia simbólica que atravessa a própria categoria. Assim como afirma hooks, a luta pela visibilidade e pelo direito à fala é também uma luta pelo reconhecimento do valor político e epistemológico das identidades oprimidas. Nesse sentido, a ascensão de uma mulher negra funcionária de escola à liderança sindical não representa apenas um avanço representativo, mas um ato de resistência e reconfiguração das vozes autorizadas dentro do movimento sindical. Esse silenciamento é também percebido no cotidiano de Marli, que relata episódios em que sua presença enquanto mulher negra e liderança sindical é ignorada, mesmo em atividades que discutem a própria temática racial:

Eu fui numa escola em novembro, por causa do Dia da Consciência Negra. Fui fazer uma visita lá, e elas tinham feito muitas coisas bonitas. Aí o diretor disse: 'De noite vai ter uma apresentação, isso e aquilo.' E uma professora comentou: 'Podíamos convidar a Marli', e a diretora disse que não. [...] Elas fazem tudo ali, todos os anos fazem atividades, mas dificilmente me convidam. Fazem encontro de mulheres negras e nunca me convidaram. Esse ano foi o primeiro que eu fui convidada [...] — e já é a terceira edição! Nunca antes tinham me chamado. (Souza, 2025).

O depoimento explicita a persistência de práticas de exclusão simbólica, que mantêm as mulheres negras em posição de invisibilidade, mesmo quando o discurso institucional se apresenta como inclusivo. A negação do convite para espaços de celebração da negritude revela o racismo estrutural atuando de forma sutil, mas constante, delimitando quais corpos e vozes podem ser legitimados como representantes da luta antirracista. Apesar dessas barreiras, Marli reconhece que

sua presença à frente do 13º Núcleo do CPERS abriu caminho para outras trabalhadoras, ainda que o avanço seja lento e permeado de sofrimento:

Depois de mim, agora, eu já tenho acho que mais uns seis, sete núcleos dirigidos por funcionários de escola — nem todas negras [...] Acho que tem uns seis, sete funcionários de escola diretores de núcleo. E diretora mesmo sou eu, e tinha essa outra que ficou só um mandato também e já saiu. Eu acho que hoje sou só eu de negra ainda. Mas eu que abri caminho pra isso, né? Então, mas olha, a coisa não é fácil. É muito sofrida. (Souza, 2025).

Essa fala revela o duplo movimento que marca o protagonismo das mulheres negras: por um lado, a conquista de espaços historicamente negados; por outro, o custo emocional e político de sustentar essa presença em contextos ainda permeados por desigualdades. A trajetória de Marli, nesse sentido, reafirma que a representatividade só se torna emancipatória quando acompanhada de transformações estruturais nas relações de poder. Sua liderança não é apenas simbólica, mas constitutiva de um novo modo de fazer sindicalismo — aquele que articula raça, gênero e classe como dimensões indissociáveis da luta por reconhecimento e emancipação coletiva. Ferreira (2005), ao analisar as relações de gênero entre sindicalistas do CPERS, demonstra que as experiências dessas mulheres são atravessadas por processos de discriminação múltipla, que limitam suas possibilidades de ascensão política:

As sindicalistas negras enfrentam não apenas as barreiras impostas pelo sexismo, comuns a todas as mulheres, mas também o racismo institucionalizado, que as coloca em posição de invisibilidade e subalternidade, mesmo dentro de organizações que se pretendem democráticas e igualitárias. Essa dupla opressão não é apenas simbólica, mas material, pois limita suas possibilidades de ascensão política e restringe sua participação efetiva nos espaços de decisão sindical, reforçando um círculo de exclusão que se perpetua historicamente (FERREIRA, 2005, p. 87).

Essa constatação revela uma contradição profunda do sindicalismo educacional: ainda que se apresente como espaço de luta por direitos e justiça social, ele reproduz em suas práticas internas desigualdades de classe, etnia e gênero que atravessam a sociedade mais ampla. Não se trata de um desvio ocasional, mas de um reflexo estrutural da forma como o poder é exercido nas instituições sociais.

Ao trazer a experiência das sindicalistas negras, Ferreira explicita que não

basta garantir a presença de mulheres nas estruturas de liderança; é necessário questionar quem são essas mulheres e quais barreiras continuam operando para manter determinadas vozes em posição de marginalidade. Isso nos remete diretamente à centralidade da interseccionalidade: gênero, etnia e classe não podem ser pensados separadamente, pois é justamente em sua articulação que se revelam as formas mais complexas de exclusão. No caso do CPERS, essa realidade se manifesta na distância entre a ampla participação de mulheres negras na base e sua quase ausência nas instâncias de direção, confirmando que a luta sindical só se torna efetivamente emancipatória quando incorpora a pluralidade de sujeitos que a compõem.

A trajetória de uma mulher negra funcionária de escola que ocupa a liderança sindical no 13º Núcleo do CPERS evidencia essa contradição. Sua presença rompe com uma lógica de exclusão histórica e, ao mesmo tempo, expõe as tensões internas que dificultam a efetiva democratização da representação. O fato de se tratar de uma funcionária — e não de uma professora — adiciona uma camada extra de complexidade, pois questiona o lugar socialmente atribuído aos diferentes trabalhadores da escola.

Portanto, analisar as experiências de mulheres negras funcionárias de escola na liderança sindical significa iluminar as fissuras de um sistema que, mesmo progressista em sua retórica, ainda carrega estruturas excludentes. Essa perspectiva contribui para tensionar o próprio conceito de sindicalismo, ampliando-o para além de uma visão homogênea de classe trabalhadora e incorporando as múltiplas dimensões da opressão.

5. O protagonismo de mulheres negras nas lideranças sindicais

A análise das trajetórias de mulheres negras no sindicalismo revela dimensões fundamentais das lutas sociais no Brasil. Historicamente, essas mulheres estiveram na linha de frente dos processos de resistência contra a exploração capitalista, o racismo estrutural e o patriarcado, ainda que suas vozes tenham sido sistematicamente silenciadas. Refletir sobre o protagonismo das mulheres negras nas lideranças sindicais não significa apenas destacar figuras individuais, mas compreender como suas experiências desestabilizam estruturas consolidadas de poder e expõem as contradições internas dos movimentos sociais e

das organizações de trabalhadores.

O protagonismo das mulheres negras nas lideranças sindicais, portanto, precisa ser compreendido dentro de um cenário de disputas e contradições que atravessam os próprios movimentos sociais. Ainda que historicamente tenham contribuído de maneira decisiva para as lutas coletivas, essas mulheres seguem enfrentando barreiras simbólicas e institucionais que as colocam em posição de subalternidade, inclusive dentro de organizações que se pretendem emancipadoras. Como observa Lélia Gonzalez (2020), o racismo e o elitismo não estão ausentes dos movimentos feministas e populares, reproduzindo a lógica de exclusão contra as mulheres negras e trabalhadoras:

Apesar dos aspectos positivos em nossos contatos com o movimento de mulheres, as contradições e ambiguidades permanecem, uma vez que, enquanto originário do movimento de mulheres ocidental, o movimento de mulheres brasileiras não deixa de reproduzir o imperialismo cultural daquele. E, nesse sentido, não podemos esquecer que alguns setores do movimento de mulheres não têm o menor escrúpulo em manipular o que chamam de mulheres de base, ou populares, como simples massa de manobra para a aprovação de suas propostas, determinadas pela direção masculina de certos partidos políticos. Mas, por outro lado, muitas feministas adotam posturas elitistas e discriminatórias com relação a estas mesmas mulheres populares. De acordo com o relato de companheiras do Nzinga, por ocasião da reunião em que seria tirado o nome daquela que representaria o movimento de mulheres no comício das diretas do dia 21 de março, no Rio, uma militante feminista branca, não aceitando a indicação de uma mulher negra e favelada, declarou com todas as letras que mulher de bica d'água não pode representar as mulheres. (Gonzalez, 2020, p. 105)

A denúncia de Lélia Gonzalez explicita que o protagonismo das mulheres negras é constantemente tensionado por práticas de exclusão que se disfarçam sob discursos de igualdade. Ao revelar o racismo e o elitismo que atravessam até mesmo os espaços de luta, Gonzalez nos faz compreender que o verdadeiro avanço político só ocorre quando as mulheres negras ocupam lugares de fala e decisão, e não apenas quando são reconhecidas como parte da base. No campo sindical, essa crítica é crucial: muitas vezes, as lideranças reproduzem a mesma hierarquia simbólica que dizem combater, transformando as trabalhadoras negras em massa de apoio, mas não em sujeitos políticos plenos. O protagonismo dessas mulheres, portanto, não representa apenas inclusão, mas reconfiguração das relações de poder dentro do movimento sindical, afirmando uma nova forma de

liderança que nasce da experiência concreta de resistência e da luta cotidiana contra a exclusão racial, de classe e de gênero.

A crítica de Lélia Gonzalez evidencia o racismo e o elitismo presentes dentro dos próprios movimentos de mulheres, e é justamente diante dessas barreiras que surge a necessidade de construção de espaços autônomos de resistência. As mulheres negras, historicamente marginalizadas tanto pelo sexismo quanto pelo racismo, encontraram na organização coletiva uma forma de afirmar sua existência política e redefinir o sentido da luta feminista. Sueli Carneiro (2011) aponta que essa exclusão sistemática impulsionou o surgimento de organizações próprias, comprometidas com a superação das desigualdades estruturais e com a ampliação da participação política das mulheres negras:

É a consequência desse grau de exclusão que determina o surgimento de organizações de mulheres negras de combate ao racismo e ao sexismo, tendo por base a capacitação de mulheres negras, assim como o estímulo à participação política, à visibilidade, à problemática específica das mulheres negras na sociedade brasileira, à formulação de propostas concretas de superação da inferioridade social gerada pela exclusão de gênero e raça, e à sensibilização do conjunto do movimento de mulheres para as desigualdades dentro do que o racismo e a discriminação racial produzem. (Carneiro, 2011, p. 121–122)

A análise de Sueli Carneiro reforça que o protagonismo das mulheres negras não surge por concessão, mas como resposta política à exclusão histórica imposta por um sistema que articula racismo, patriarcado e exploração de classe. Ao criar suas próprias formas de organização, essas mulheres constroem um projeto de emancipação que valoriza a formação, a consciência crítica e a intervenção social. No campo sindical, essa perspectiva é essencial para compreender a importância das lideranças negras como sujeitas ativas da transformação coletiva, capazes de tensionar as estruturas internas e propor práticas mais inclusivas e democráticas. Assim, o protagonismo das mulheres negras vai além da representatividade: ele expressa um movimento de reconfiguração política que busca não apenas ocupar espaços, mas redefinir o próprio significado de poder e de liderança dentro dos movimentos sociais e sindicais. O relato de Marli materializa essa análise ao revelar o quanto sua trajetória no CPERS foi atravessada pelo racismo, pelo sexismo e por disputas simbólicas em torno do pertencimento territorial e profissional:

Eu sofri muito racismo dentro do próprio sindicato. Na minha primeira gestão, muitos associados se afastaram do núcleo. Porque, na verdade, eu quebrei três paradigmas aqui. Neste núcleo, eu sou a terceira mulher eleita — e ele já tem quase 40 anos. Sempre foi predominantemente dirigido por homens. E todas as gestões anteriores eram formadas por pessoas de Osório. Nunca vinha ninguém de outro município, mesmo com os 23 municípios da região. E tem uma coisa aqui em Osório: eles acham que todos os cargos regionais têm que ser ocupados por alguém de Osório. Daí eu cheguei aqui, vinda de Torres. E, além disso, veio também a questão dos funcionários de escola. E a cor. Porque nunca uma funcionária de escola tinha dirigido o núcleo. Nunca. Eu sou a primeira do CPERS, de todo o Estado. Fui a primeira funcionária de escola eleita diretora, e me reelei depois. Infelizmente, aqui na nossa região, essa questão da funcionária de escola, mulher negra, ainda é muito forte. Eu vivi muitas situações assim: eu estava aqui no núcleo, e quando algumas pessoas chegavam, iam direto falar com a secretária — que sempre foi branca — e não comigo. (Souza, 2025).

A fala de Marli explicita a profundidade das barreiras que estruturam o espaço sindical, revelando que a discriminação não se manifesta apenas por meio da cor da pele, mas também por atravessamentos de classe, gênero e territorialidade. Ao “quebrar três paradigmas” — ser mulher, negra, funcionária de escola e oriunda de outro município —, ela se torna símbolo de uma ruptura que incomoda e desestabiliza as normas tácitas do poder sindical. Essa experiência encarna o que Sueli Carneiro (2011) define como a luta das mulheres negras por autorreconhecimento e legitimidade, uma vez que a presença de Marli desafia tanto o racismo institucional quanto o corporativismo interno do movimento docente.

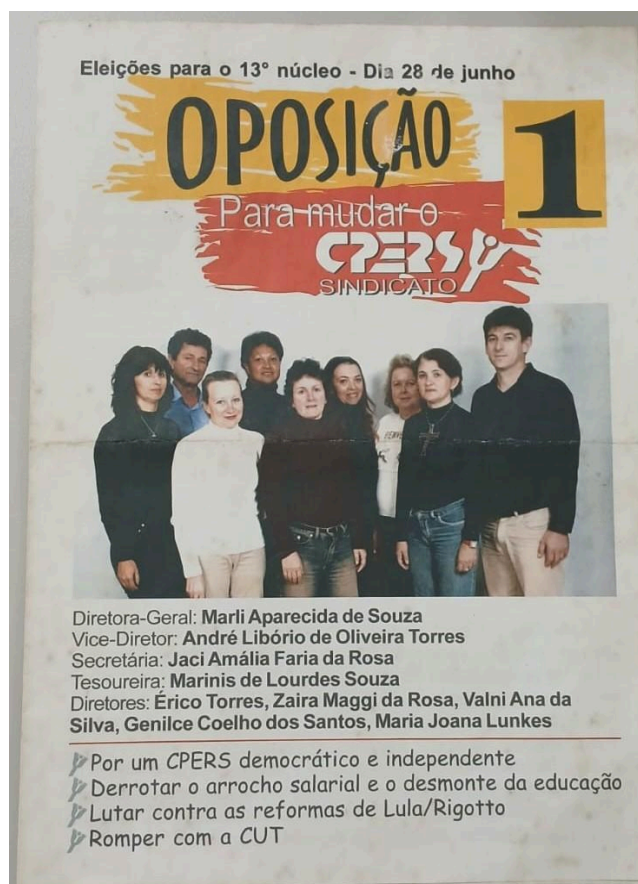
Mesmo assim, chegavam ali, falavam com a secretária e nem me cumprimentavam. Eu ficava ali, e parecia que eu era invisível. Então, a minha primeira gestão aqui foi muito difícil. Muita gente achava que eu não tinha competência. Depois das eleições, sempre vinha alguém me contar: ‘Ah, lá na escola estavam comentando que, de novo, a negra ficou na nossa frente’. (Souza, 2025).

O relato evidencia o peso simbólico do racismo cotidiano, que atua na tentativa de deslegitimar a autoridade e a competência de uma mulher negra em posição de liderança. As experiências narradas por Marli revelam como a exclusão não se dá apenas pela ausência de representação formal, mas também por práticas sutis de invisibilização e desvalorização. O olhar que não reconhece, o cumprimento negado e o comentário depreciativo são expressões de uma estrutura de poder que insiste em reafirmar fronteiras raciais e hierárquicas, mesmo em espaços de luta coletiva.

Sua trajetória demonstra que o protagonismo das mulheres negras no sindicalismo não é um resultado espontâneo da abertura democrática, mas uma conquista forjada no enfrentamento cotidiano das exclusões. Assim, ao mesmo tempo em que ocupa um espaço de poder, Marli também o transforma, convertendo o ato de existir e liderar em um gesto político de resistência e reconfiguração das estruturas históricas do CPERS.

A reflexão de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro revela que o protagonismo das mulheres negras nasce da luta contra o silenciamento e da criação de espaços autônomos de poder e conhecimento. Essas autoras demonstram que, diante da exclusão persistente nos movimentos sociais e feministas, as mulheres negras constroem caminhos próprios de resistência, nos quais o saber e a liderança se enraízam na experiência coletiva. No contexto do CPERS, essa perspectiva permite compreender que a presença de uma funcionária de escola negra em posição de liderança não representa apenas a quebra de um padrão histórico, mas a reafirmação de uma pedagogia política da resistência — um modo de fazer sindicalismo que parte da vivência concreta das trabalhadoras negras e de sua luta cotidiana por reconhecimento e transformação.

A trajetória de Marli, liderança do 13º Núcleo do CPERS, expressa de forma exemplar essa dimensão de resistência e reinvenção. Sua atuação rompe com a lógica tradicional do sindicalismo docente, historicamente centrado em perfis brancos e professorais, e reinscreve a experiência das funcionárias negras como parte legítima e necessária da luta coletiva. Ao ocupar um espaço de poder sindical, Marli não apenas representa a inclusão simbólica de um novo sujeito político, mas materializa a crítica de Gonzalez e Carneiro, transformando o lugar da subalternidade em espaço de fala, decisão e elaboração política. Sua trajetória confirma que o protagonismo das mulheres negras não se limita à representatividade formal: ele constitui uma prática viva de reconstrução do sindicalismo educacional, capaz de articular classe, etnia e gênero como dimensões indissociáveis da emancipação.



(Figura 1 – Material de campanha de Marli Aparecida Souza, 13º Núcleo do CPERS/Sindicato (jun. 2005) Fonte: *Acervo pessoal da entrevistada*)

6. Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida no campo da abordagem qualitativa, entendida como aquela que busca apreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, sem reduzi-los a categorias estatísticas. Conforme Minayo (2012), esse tipo de investigação é particularmente adequado para compreender fenômenos sociais em sua complexidade, uma vez que privilegia a subjetividade, a historicidade e o contexto.

O estudo caracterizou-se como um estudo de caso (YIN, 2015), pois se concentrou na trajetória de uma funcionária de escola negra, integrante do 13º Núcleo do CPERS/Sindicato, analisada em profundidade a partir de sua inserção em espaços de liderança sindical. A escolha desse caso específico justifica-se por seu caráter de exceção, uma vez que rompe com a norma hegemônica das direções sindicais compostas majoritariamente por professoras brancas. A exceção, longe de ser um desvio irrelevante, constitui o próprio ponto de partida analítico da pesquisa.

Do ponto de vista epistemológico, a investigação ancorou-se no materialismo histórico dialético, método desenvolvido por Marx e Engels (2007), segundo o qual as ideias, consciências e práticas sociais são determinadas pelas condições materiais de existência. Essa perspectiva orientou a análise para além de interpretações individualizantes, permitindo compreender a trajetória da sindicalista como expressão concreta das contradições estruturais da sociedade capitalista, nas quais se articulam a exploração de classe, o racismo estrutural e o sexismo.

Nesse sentido, a presença de uma mulher negra em posição de liderança sindical não foi interpretada como um feito isolado ou meramente biográfico, mas como manifestação de processos coletivos e contraditórios. O método marxista permitiu articular o particular ao universal, entendendo o caso analisado como parte da luta de classes e como revelador das tensões internas do sindicalismo educacional, que se apresenta simultaneamente como espaço de resistência e como lugar de reprodução de hierarquias sociais.

A metodologia dialogou também com a micro-história, conforme proposta por Carlo Ginzburg (1987), que propõe um deslocamento do olhar analítico ao privilegiar o detalhe, o fragmento e o caso singular como vias de acesso à compreensão de estruturas sociais mais amplas. Para o autor, a singularidade de uma experiência individual não deve ser compreendida como exceção isolada, mas como indício revelador de contradições profundas de um determinado tempo histórico. Segundo Ginzburg:

Porém, ainda uma vez, é precisamente essa singularidade que oferece indicações preciosas para pesquisas posteriores. No caso da história quantitativa das ideias, por exemplo, apenas a consciência da variabilidade, histórica e social, da figura do leitor poderá fornecer de maneira efetiva as premissas de uma história das ideias também qualitativamente diversa. (Ginzburg, p. 27)

A análise empreendida por Ginzburg em *O queijo e os vermes*, a partir da trajetória do moleiro Menocchio, constitui um exemplo paradigmático dessa abordagem. Ao assumir seu personagem como singular e não representativo, o autor evita diluir a experiência individual em generalizações abstratas, preservando sua potência explicativa. O pensamento de Menocchio apresenta elementos irredutíveis a qualquer influência direta, permitindo compreender as relações entre cultura, poder e resistência a partir do detalhe e do desvio. Como afirma Ginzburg:

A solidão de Menocchio é um dos pontos de partida de Carlo Ginzburg. Afirma já de início que o seu moleiro é personagem singular, não representativo. Com isso, descarta uma possível abordagem, a que consistiria em contextualizar, em integrar o singular, fazendo, pois, perder a singularidade. Num conjunto mais amplo, não, o pensamento de Menocchio apresenta uma série de elementos irreduzíveis a qualquer influência. (Ginzburg, p. 206)

Esse olhar metodológico orientou a análise da trajetória da sindicalista investigada neste estudo. A experiência de uma mulher negra em posição de liderança no CPERS não foi tomada apenas como narrativa biográfica, mas como indício das fissuras internas do movimento sindical. Sua presença evidencia aquilo que as narrativas oficiais tendem a silenciar, como a invisibilidade histórica das funcionárias negras e a reprodução de hierarquias raciais e de classe no interior de uma organização que se pretende democrática.

Ao articular a micro-história com o materialismo histórico, a pesquisa buscou superar a falsa dicotomia entre singular e estrutural. O caso analisado foi compreendido como um desvio revelador, capaz de expor, em escala micro, os limites e as possibilidades de um sindicalismo que, mesmo progressista em sua retórica, ainda reproduz desigualdades de classe, etnia e gênero. A trajetória singular só adquire sentido pleno quando situada na totalidade contraditória das relações sociais de produção.

Para a produção dos dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada, instrumento que possibilitou articular questões previamente elaboradas com a abertura necessária para que a entrevistada construísse livremente sua narrativa. Esse formato favoreceu tanto a coleta de informações objetivas quanto a apreensão de dimensões subjetivas e simbólicas presentes no discurso.

O processo de construção empírica da pesquisa não se deu de forma pontual. Houve, em média, três encontros presenciais com a participante, além de trocas de mensagens ao longo do período da investigação, o que possibilitou o aprofundamento das reflexões e a construção de vínculo entre pesquisadora e entrevistada. Embora o contato tenha sido contínuo, apenas uma entrevista foi formalmente gravada, com duração aproximada de uma hora e trinta minutos, constituindo o principal material empírico analisado neste estudo.

A entrevista foi realizada presencialmente no espaço do 13º Núcleo do

CPERS Sindicato, local de atuação política da entrevistada e ambiente significativo para a compreensão de sua trajetória sindical. A escolha desse espaço não foi aleatória, pois o núcleo representa um lugar simbólico e material de construção de sua liderança, permitindo que a narrativa emergisse articulada às práticas, memórias e experiências vividas no cotidiano da militância sindical.

Por fim, a pesquisa seguiu os princípios éticos previstos na Resolução nº 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, contando com a autorização formal da participante para a divulgação de sua identidade. A opção por tornar pública sua trajetória e seu nome foi compreendida como parte constitutiva da própria pesquisa, uma vez que reconhece o caráter político da experiência narrada e afirma o protagonismo da trabalhadora na história do sindicalismo educacional.

7. A experiência singular como chave interpretativa

A trajetória da dirigente sindical analisada revela como as relações interseccionais de gênero e etnia atravessam a atuação de mulheres negras no contexto do sindicalismo educacional. Suas vivências demonstram que o reconhecimento político e simbólico dessas trabalhadoras ainda é um campo de disputa, marcado por barreiras institucionais e subjetivas que se atualizam nas práticas cotidianas do sindicato. As tensões vividas por ela não se restringem a conflitos abertos, mas se expressam em gestos sutis de deslegitimação, em silenciamentos e em resistências veladas à sua presença nos espaços de decisão, revelando o funcionamento de um racismo estrutural e de hierarquias históricas entre as diferentes categorias do trabalho escolar.

Apesar desses atravessamentos, sua atuação produziu efeitos concretos. A presença de uma mulher negra e funcionária de escola na direção do núcleo ampliou o horizonte de possibilidades para outras trabalhadoras, deslocando representações cristalizadas sobre quem pode ocupar posições de poder dentro do sindicato. O fato de, nos anos seguintes, ter havido um aumento na participação de funcionários de escola em direções de núcleo indica que sua experiência desencadeou um processo de reconfiguração simbólica, ainda que parcial, do campo sindical. Esse movimento, mesmo tensionado, representa um avanço no sentido da democratização das estruturas internas do CPERS, sobretudo porque inaugura uma nova gramática de pertencimento e legitimidade para sujeitos historicamente subalternizados.

Do ponto de vista teórico, a leitura micro-histórica da trajetória permite compreender como uma experiência singular ilumina contradições estruturais mais amplas. A combinação entre micro-história e materialismo histórico evidencia que o caso analisado funciona como um indício das desigualdades persistentes nas relações de trabalho e de poder no sindicalismo. A perspectiva interseccional, por sua vez, mostra que as opressões de gênero, etnia e classe não se somam, mas se entrelaçam, conformando modos específicos de exclusão e resistência. Assim, a experiência analisada revela que o sindicato, ao mesmo tempo em que é um espaço de luta e formação política, também reproduz desigualdades que precisam ser permanentemente tensionadas.

Diante desses achados, torna-se necessário que o CPERS avance na construção de políticas internas voltadas à valorização e à promoção de lideranças negras e de funcionários de escola, assegurando igualdade de oportunidades na ocupação de cargos de direção. Recomenda-se a implementação de formações políticas com recorte de raça e gênero, o estabelecimento de protocolos institucionais contra práticas discriminatórias sutis e a revisão de critérios territoriais que dificultam o acesso de militantes de outros municípios. Tais ações podem fortalecer o compromisso do sindicato com a equidade e consolidar sua função histórica de instrumento de emancipação das trabalhadoras e trabalhadores da educação pública.

8. Considerações finais

A trajetória analisada permite compreender que as lutas travadas por mulheres negras no interior do sindicalismo educacional são, ao mesmo tempo, individuais e coletivas. O caso de Marli mostra que romper as barreiras impostas por estruturas de raça, gênero e classe não é apenas um gesto pessoal de resistência, mas um ato político que redefine os contornos da representatividade e da própria noção de liderança no campo educacional. Sua presença na direção do 13º Núcleo do CPERS expressa um deslocamento histórico: o de tornar visível uma força que sempre sustentou o trabalho escolar, mas que raramente foi reconhecida como sujeito político de transformação.

Os resultados desta pesquisa revelam que, embora o sindicato represente um espaço de luta e de formação, ele ainda carrega em suas práticas cotidianas marcas da desigualdade estrutural da sociedade brasileira. No entanto, é

justamente nesse espaço contraditório que se inscrevem as possibilidades de mudança. O percurso de Marli demonstra que a transformação não se dá apenas pela denúncia da exclusão, mas pela afirmação da potência e da competência dessas mulheres que, mesmo diante da dor e do cansaço, constroem caminhos de emancipação para si e para outras. Sua trajetória evidencia que ocupar espaços de poder não é uma questão simbólica, mas uma necessidade política urgente — porque sem a presença e a voz dessas mulheres, não haverá mudança estrutural real.

Ao longo da pesquisa, ficou evidente que as experiências de mulheres negras como Marli reconfiguram o sentido da militância e da representação sindical. Elas trazem para o centro da ação coletiva uma perspectiva marcada pela vivência concreta da desigualdade, pela consciência de classe e pela sensibilidade para com as formas invisíveis de exclusão. Ser liderado por essas mulheres significa reconhecer que o conhecimento e a força política também brotam das margens — e que somente a partir delas é possível imaginar uma sociedade e uma educação verdadeiramente democráticas. Como sintetiza Marli, em uma fala que atravessa toda a dimensão deste estudo:

A nossa história, a nossa luta de mulheres negras, é uma luta em que a gente tem que nunca se vitimizar, nunca se achar inferior. Eu acho que a educação é a porta aberta para tudo isso. A gente tem que estudar, tem que ler muito, tem que se preparar, botar a cara e ir em frente. E se orgulhar daquilo que a gente faz. Se orgulhar das nossas conquistas e pensar sempre que a gente pode. Que a gente pode, que a gente não é inferior a ninguém. Que nós temos que disputar os cargos, por mais dolorida que seja essa trajetória — porque não é fácil, nada para nós é fácil —, mas eu acho que tem que enfrentar. Tem que ter enfrentamento, tem que ir adiante. As possibilidades que surgirem, as portas que se abrirem, a gente tem que ir, enfrentar e tentar estar lá, porque os espaços que estão aí abertos são para nós também. E nós temos que ocupar esses espaços e sentir orgulho da nossa trajetória. (Marli, entrevista, 2025)

Essa fala sintetiza o espírito da pesquisa: a consciência de que a luta das mulheres negras na educação e no sindicalismo não se limita à resistência, mas se afirma como um projeto de reconstrução da história. Ao reconhecer suas trajetórias como portadoras de saber, coragem e poder, rompe-se o ciclo de silenciamento e reinscreve-se, na memória coletiva, a contribuição dessas mulheres como sujeitas da transformação social. É urgente que o sindicato e toda a estrutura educacional compreendam que os espaços de decisão não são concessões, mas direitos

conquistados — e que ocupar esses espaços é afirmar o futuro.

Em tempo, é fundamental reconhecer que, apesar das contradições que também atravessam o CPERS, foi justamente nesse espaço que Marli encontrou condições reais de fortalecimento, aprendizado e movimento. No cotidiano das lutas, nas assembleias e nas pautas disputadas, ela pôde transformar sua vivência em prática coletiva e compreender que o sindicato, mesmo marcado por tensões internas, segue sendo um espaço de crescimento e elaboração política. É ali, no encontro entre diferentes trajetórias, que mulheres negras como Marli conseguem ampliar suas vozes, construir estratégias e abrir caminhos para outras. Valorizar o CPERS significa reconhecer esse papel concreto: o de um espaço onde a crítica se faz junto com a ação, e onde é possível transformar limites em possibilidade de avanço.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. ***Aparelhos ideológicos de Estado***. tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro; introdução crítica a J. A. Guilhon Albuquerque. 14. ed. - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2022.

ANTUNES, Ricardo. ***Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho***. 7. ed. rev. ampl. - São Paulo : Cortez ; Campinas, SP : Editora da Universidade Federal de Campinas, 2000

ARAÚJO, Lúcia. ***Trabalho e educação: reflexões sobre os profissionais que garantem o cotidiano escolar***. São Paulo: Cortez, 2012.

CARNEIRO, Sueli. ***Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil***. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CORRÊA, João Jorge. ***O sindicalismo docente e as políticas educacionais: a experiência do CPERS/Sindicato***. Universidade Estadual de Ponta Grossa, s.d. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHO_S/J/Joao%20jorge%20correa.pdf. Acesso em: 16 dez. 2025.

CPERS/Sindicato. ***Histórico e organização do CPERS***. Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://www.cpers.org.br>. Acesso em: 6 nov. 2025.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. ***Perfil dos Funcionários da Educação Básica no Brasil***. São Paulo: DIEESE, 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br>. Acesso em: 17 jun. 2025.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. ***Representações sobre relações de gênero entre sindicalistas do CPERS/Sindicato***. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. ***A Produtividade da Escola Improdutiva: um exame das relações entre educação e estrutura econômica-social e capitalista.*** São Paulo : Cortez : Autores associados, 1984.

GINZBURG, Carlo. ***O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.*** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONZALEZ, Lélia. ***Por um feminismo amefricano: ensaios, intervenções e diálogos*** / organização de Flávia Rios e Márcia Lima. - 1ª edição. - Rio de Janeiro : Zahar, 2020.

hooks, bell. ***Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade.*** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - 3. ed. - São Paulo : editora WMF Martins Fonte, 2024.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. ***Censo Escolar da Educação Básica 2023: Notas Estatísticas.*** Brasília: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SOUZA, Marli Aparecida de. ***Entrevista concedida a Tatiana Fraga Pastre.*** Osório, 20 out. 2025.

MARX, Karl. ***Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.*** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. ***A ideologia alemã.*** São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, M. C.S. ***Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.*** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

ÜCKER, Carmen Beatriz Lübke. ***A participação feminina no sindicato de trabalhadoras/es em educação: uma análise acerca do 24º núcleo do CPERS/Sindicato.*** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

YIN, Robert K. ***Estudo de caso: planejamento e métodos.*** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.